

CAMINHONEIROS

Manutenção preventiva do veículo, gestão das cargas e planejamento da viagem estão entre as orientações de especialistas para reduzir riscos na atividade

Roteiro para evitar a perda de renda

» FERNANDA STRICKLAND

Diante da forte elevação dos preços do diesel nos últimos meses, o **Correio** procurou especialistas em busca de informações que possam ajudar os caminhoneiros a enfrentar o aumento dos custos da atividade de transporte rodoviário de carga.

A manutenção constante do veículo pode fazer o caminhoneiro gastar menos. De acordo com o economista e conselheiro do Corecon-DF César Bergo, como não foi apenas o diesel que subiu, mas todos os derivados de petróleo, tomar cuidados como a calibragem de pneus pode ser uma boa alternativa para economizar. “A manutenção periódica, como troca de óleo e revisões, pode evitar o desgaste excessivo de peças mais caras. Então, a manutenção preventiva ajuda bastante na economia”, afirma.

Outro ponto importante é o planejamento das viagens. “Muitas vezes, o caminhoneiro é contratado para levar carga a uma localidade, mas, por não ter calculado direito todas as etapas da logística, não tem como voltar. Então, é preciso ter um bom planejamento para evitar gastos excessivos”, explica Bergo. “É importante somar todas as despesas, desde as parcelas do financiamento do veículo, os gastos com manutenção, a troca de óleo, o desgaste dos pneus, saber quantos serão os quilômetros rodados, para poder analisar se vale a pena aceitar o frete ou não.”

Segundo o economista, com os preços em mãos, o caminhoneiro pode negociar melhor o preço do frete para não ter prejuízo. “Se for necessário, ele deve fazer uma planilha para se organizar durante o ano. Assim poderá analisar, na ponta do lápis, quais foram seus lucros”, ressalta Bergo.

Dentro desse planejamento, é bom que o caminhoneiro avalie qual é a melhor forma de trabalhar, se através de um de uma cooperativa — entidade que atua regionalmente em defesa da categoria e realiza todo o trabalho de base, além de dar suporte e direcionamento para

Honório Moreira/OIMP/D.A Press



Instrumento de trabalho, o caminhão precisa estar sempre em boas condições de operação

execução de ações identificadas em campo —, ou como autônomo. “O importante é avaliar as vantagens e desvantagens com relação ao risco de liquidez, verificando se realmente os recursos que a atividade proporciona para ele serão suficientes para a sua manutenção”, diz Bergo.

Gestão

A composição veicular é o instrumento de trabalho do caminhoneiro. Para o mestre em economia aplicada pela USP José Valdemir Muenchen, a gestão desse instrumento evita muitas dores de cabeça. “É importante manter o caminhão em perfeitas condições de trabalho, com manutenções preventivas e regulares. Se prestar atenção nos pequenos detalhes, vai evitar

grandes problemas. Caminhão parado significa trabalho parado e nada de receber a renda.”

“Além disso, é preciso colocar todos os valores na ponta do lápis, calcular os custos, as sobras e os lucros de cada viagem. Ao negociar o pagamento das despesas e custos, é bom fazer sempre uma pesquisa de mercado”, aconselha Muenchen. “Em relação aos custos e lucros, é interessante considerar a possibilidade de fazer parte de uma cooperativa de transportadores, pois pode significar acesso a mais cargas, com diminuição de custos e, conseqüentemente, de aumento da renda”, observa.

Outro ponto destacado pelo especialista em economia aplicada é a necessidade de se preocupar com a carga transportada. Muitos caminhoneiros dizem

que, se não observarem o valor corretamente, acabam pagando para trabalhar. “O caminhão só vai proporcionar renda se rodar com carga. Outra dica é a gestão correta das cargas: num mercado cada vez mais competitivo, a definição de estratégias de trabalho é fundamental para a composição da renda.”

“Pode-se avaliar a possibilidade de se especializar em alguns poucos tipos de carga — descobrir nichos de mercado tende a elevar o valor dos fretes. Ao sair para uma viagem, o profissional precisa ter estabelecido a estratégia e a carga para o seu retorno — nunca andar com seu caminhão vazio”, orienta o especialista. “Um bom planejamento elimina os riscos maiores em relação à disponibilidade de cargas, bem como aos valores dos fretes”, alerta.

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

O gigante acordou

Jair Bolsonaro passou toda a sua vida adulta, depois de instado a aposentar-se do Exército no posto de capitão por mau comportamento, fazendo comentários grosseiros sobre mulheres, piadas chulas sobre pobres e LGBT, e disparando disparates, como em 2008, e repetido em 2016, de que “o erro da ditadura foi torturar e não matar”.

Chocar, para Bolsonaro, foi o modo de sair do anonimato. Ele caiu no gosto de uma parcela da sociedade, normalmente ignorada e mesmo desprezada pelos políticos profissionais, que confunde linguagem áspera com sinceridade e má-educação com informalidade.

Foi essa aparente minoria que o elegeu presidente, ao se somar aos indignados pela Lava Jato com a corrupção na política. Imaginavam esbofetear-la elegendo o “sincerão” avesso ao politicamente correto.

Dessa mistura emergiu a extrema-direita, reforçada por saudosistas da ditadura, os evangélicos de cultos que fazem da fé uma atividade rendosa e por automeados “cidadãos do bem”, como se os demais que contrariam sua visão excludente fossem do mal.

Mas não elegeram apenas o desbocado que escapou de ser cassado por quebra de decoro graças ao corporativismo do parlamento. O falso simplório é o mesmo que disse, em 1999, que “através do voto você não vai mudar nada nesse país, só vai mudar, infelizmente, se um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, e fazendo o trabalho que o regime militar não fez: matando uns 30 mil, começando com o FHC”. Ele não foi parado.

Seu despreparo e falta de empatia chegaram ao clímax com as graves sequelas não superadas da pandemia — “gripezinha”, disse, “um vírus superdimensionado”, toma cloroquina que passa. Já são quase 680 mil mortos, e ele dizendo: “Lamento os mortos, tem de deixar de ser um país de maricas”. Foi enquadrado pelo STF, o que nunca perdeu.

Sentiu-se inimputável. O “meu Exército”, como parece acreditar, apavoraria as instituições. Enfim, excedeu-se, ao chamar dezenas de embaixadores para ouvi-lo denunciar as urnas eletrônicas e o TSE, agindo como agente provocador. Ele achincalhou o país, a cidadania, a democracia e o Estado de Direito. Para quem aprecia provérbios bíblicos, serve-lhe Jeremias 49:16: “O terror que hoje inspiras e a arrogância do teu coração te enganaram e induziram ao erro”.

O Brasil consciente

Aconteceu o que estava à espera de algo que o tirasse de seu sono profundo: o galo subversivo de Bolsonaro aos embaixadores acordou o gigante. A sociedade civil organizada, por meio de suas entidades mais significativas, disse basta. O Estado Democrático de Direito é inviolável e nada irá ameaçá-lo sem encontrar resistência.

De forma espontânea, pessoas de diferentes formações profissionais e tendências políticas, da academia ao empresariado industrial, dos bancos ao agronegócio e sindicatos de trabalhadores, passaram a se falar como há muito não faziam, chegando a um denominador comum que deverá ter consequências para além das eleições. Isso é promissor.

Em síntese, concordaram que a estabilidade democrática, o respeito ao Estado de Direito e o desenvolvimento são valores essenciais em torno dos quais a nação se forma, encontra propósito e resiste aos inconsequentes. Com diferenças de ênfase, não de mensagem, é o que dizem os dois manifestos que defendem a democracia e a Justiça.

Um deles surgiu na tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da USP. O outro reúne entidades da indústria, dos bancos, do comércio, do agro, das multinacionais em torno da Fiesp, a Federação das Indústrias de São Paulo. O primeiro já tem quase 500 mil adesões, entre advogados, banqueiros, empresários, gente de todas as áreas, e está aberto a qualquer cidadão.

O segundo traz a chancela de entidades que movimentam a economia, como Fiesp, Febraban, Abdib, Amcham, Fecomércio-SP, Sindusfarma, além de universidades, faculdades de direito, OAB, CNBB, ABI, WWF, ISA, Cebrap, todas as centrais sindicais, e também será aberto a adesões em geral. É a mobilização do Brasil consciente.

Qual sistema é viciado

O presidente sentiu a reprimenda, mas de modo equivocada, ao tomá-la como posicionamento em favor de uma candidatura e não como o que de fato é: a defesa enfática de um dos poderes da República que ele ataca sistematicamente, como já fizera contra o Câmara quando a sua direção pelo deputado Rodrigo Maia não se curvara a seus arreganhos e agia com independência, obedecendo o mandamento constitucional.

A Constituição não é uma peça decorativa na ordem republicana, é o marco legal à qual todos, sem exceção, se curvam como expressão da vontade superior da democracia dada pelo voto e exercida pelas suas instituições — o Parlamento, o Executivo e o Judiciário.

Defende-se hoje o Judiciário, encimado pelo STF, apenas por ser um dos três poderes sob ataque, como antes esteve a Câmara. Ela se se tornou dócil graças ao tal “orçamento secreto”, que é o mensalão da vez para o governo aliciar com dinheiros públicos uma maioria parlamentar de que não dispõe. Esse é um sistema viciado, de fato, não o sistema eleitoral posto em suspeição por Bolsonaro — o mesmo que o elegeu nove vezes, de vereador a presidente.

“Quem é contra a democracia no Brasil?”, indagou, referindo-se ao manifesto das entidades empresariais. “Somos pela transparência, pela legalidade, respeitamos a Constituição.” Então, qual é a sua bronca?

O que merece repúdio

É exatamente esse o teor do manifesto que o incomodou. Para ser coerente com o que disse, esquecido do ataque abusivo ao TSE e ao processo eleitoral no encontro com os embaixadores, o racional seria subscrever o texto. É o que fizeram os candidatos Ciro Gomes e Luiz Felipe D’Avila, que já expuseram suas ideias na Fiesp, além de Simone Tebet, que o fará dia 1º e antecipou a sua adesão.

A verdade é que este é o falso problema, alimentado por narrativas inidôneas sobre a segurança, eficiência e integridade das eleições, um de nossos raros feitos tecnológicos elogiado em todo o mundo.

Problema concreto é o desenvolvimento perdido nos últimos 40 anos. Lamentável é em pleno século 21 uma entidade empresarial preferir a omissão, ainda que concordando que a democracia esteja em risco, por temer represálias do governo. Isso, sim, merece repúdio.

O subdesenvolvimento, a miséria, a involução civilizatória, nada é casual. É um projeto deliberado, consciente ou não. Pense nisso...

TRIBUTAÇÃO

Governo confirma redução de 35% no IPI

O Ministério da Economia afirmou que o novo decreto que confirma a redução de 35% no Imposto sobre Produtos Industrializados da maioria dos bens fabricados no país preserva a competitividade dos itens produzidos na Zona Franca de Manaus (ZFM). O decreto foi publicado ontem no *Diário Oficial da União*. De acordo com a pasta, o texto encaminha um tratamento específico do tributo para preservar “praticamente toda a produção efetiva da ZFM”, levando em consideração os Processos Produtivos Básicos. O decreto, contudo, já provocou reação na indústria de Manaus.

Após a publicação do corte, o Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) declarou que, “em análise superficial”, identificou pontos que podem trazer prejuízos a alguns segmentos do Polo Industrial de Manaus. Líder da bancada federal do estado do Amazonas, o senador Omar Aziz (PSD-AM), afirmou que, com o novo decreto, o presidente Bolsonaro tenta burlar decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que dava garantias e competitividade à ZFM. “Esse decreto retira vários produtos que geram empregos que podemos perder, pois essas indústrias irão fechar por falta de competitividade”, disse.

O governo optou pelo novo

Divulgação/Site



Produção de motos em Manaus: temor de perda de competitividade

decreto para tentar resolver um imbróglio jurídico e político envolvendo o Supremo Tribunal Federal (STF). Em fevereiro, o Executivo fez uma primeira redução de 25% no IPI, valendo para todos os produtos, com

exceção de cigarros. Representantes e políticos ligados à ZFM reclamaram que, como os produtos feitos no local são livres do imposto, houve perda de competitividade ao reduzir a tributação no restante do país.